

A ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE E O IDEB DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ALAGOAS: uma análise dos indicadores

Fabiana Alves de Melo Dias*

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo analisar o Indicador de Adequação da Formação Docente - IFD e o desempenho dos estudantes da rede estadual de Alagoas, a partir do Ideb, no período de 2013 a 2019. O método aplicado foi quantitativo, com enfoque descritivo, a partir dos dados secundários fornecidos pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Além do indicador de Adequação da Formação Docente, foram utilizadas as notas do Ideb da rede estadual, no período de 2013 a 2019. Os resultados apurados, neste estudo, indicaram que ações estratégicas da Secretaria da Educação de Alagoas, como a mudança nos requisitos de seleção dos professores temporários da rede estadual em 2015, podem ter gerado um efeito significativo nos indicadores da rede estadual.

Palavras-chave: Adequação da Formação Docente. Ideb. Alagoas

1 INTRODUÇÃO

A formação de professores é uma temática bastante discutida entre especialistas da área educacional (BARUFFI, 2011). No Brasil, destacam-se as pesquisas realizadas no âmbito dos programas de Pós-graduação e grupos de trabalho de instituições como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (PUENTES, 2009), por exemplo.

Há diversas normativas que versam sobre as formações para a atuação docente na educação básica. Ressalta-se, além do estabelecido no artigo 62 da Lei nº 9394/96, sobre a formação do professor que se dará “em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação” (BRASIL, 1996), a Resolução do Conselho Nacional de Educação – CNE/CP Nº 02/2019 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, em curso superior, em curso de licenciatura, com carga horária mínima de 3.200 horas, e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica.

Ainda sobre a formação inicial de professores, a meta 15 do Plano Nacional de Educação - PNE, estabelecido pela Lei Federal nº 13.005/2014, ratifica a necessidade de se garantir, em regime de colaboração, a formação dos profissionais de educação, de modo a assegurar que todos os professores e professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atua (BRASIL, 2014b). No que tange ao regime de colaboração, a partir das estratégias é estabelecido que se apresentem diagnósticos das necessidades de formação e da capacidade de atendimento, definindo-se as obrigações recíprocas entre os partícipes (BRASIL, 2014b).

De uma forma geral, o PNE é um instrumento de planejamento que orienta a elaboração e implementação de políticas educacionais no país. Mesmo que executado em regime de colaboração, fica a cargo da União e seus órgãos reguladores, o desenvolvimento de ferramentas e protocolos de acompanhamento e avaliação do PNE (BRASIL, 2014b).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação – MEC, que subsidia a formulação de políticas educacionais dos diferentes níveis de governo com a realização de estudos, pesquisas

* Professora. Gerente da Educação Básica. Coordenadora do Núcleo Estratégico de Formação Continuada. Secretaria de Estado da Educação de Alagoas. E-mail: fabiana.dias@educ.al.gov.br.

e levantamentos estatísticos e avaliativos; após divulgação dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM em 2013, passou a disponibilizar dados sobre a Adequação da Formação Docente, a partir da “classificação dos docentes em exercício na Educação Básica considerando sua formação acadêmica e a(s) disciplina(s) que leciona” (BRASIL, 2014a).

Para essa classificação dos docentes, foram analisados diversos atos normativos que versam sobre a formação inicial dos professores, como por exemplo: Lei Nº 9394/96, Resoluções CNE/CP Nº 01 e 02/2002, Nº01/2006, Parecer do Conselho Nacional de Educação/CEB Nº 02/2008, Resolução CNE/CEB Nº 07/2010 e Meta 15 do PNE (BRASIL, 2014a). Vale destacar que, além da formação inicial, foram estudadas outros normativos sobre formação continuada de professores, uma vez que podem conduzir à adequação à área em que o professor atua.

A adequação da formação docente já era foco de diversos estudos, mesmo antes da elaboração do indicador. Carmo *et al.* (2014), ao citar um estudo realizado por Pieri e Santos (2014), que trata do Índice de Formação de Professores na avaliação dos processos de alfabetização em Matemática e Linguagem, no qual foram empregados dados do Censo Escolar de 2007 e 2012, apontam para a importância desses dados para os gestores educacionais. Uma vez que os autores constataram como a adequação da formação se correlacionou a outros resultados educacionais e que serão mencionados neste trabalho.

Dentre os demais dados educacionais divulgados pelo Inep, que incluem os que se referem ao indicador de adequação da formação docente, há o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, que tornou-se um marco importante para os sistemas e redes de ensino, uma vez que se trata de um indicador de qualidade da educação brasileira e propõe a análise a partir do índice de rendimento escolar (média das taxas de aprovação do ciclo avaliado) e as médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb, com intuito de assegurar a melhoria da qualidade da educação (CHIRINEIA; BRANDÃO, 2015).

Os resultados do Saeb fornecem parâmetros para a implementação de políticas educacionais visando a melhoria da qualidade da educação, tanto no âmbito federal quanto no estadual, a fim de se corrigir as distorções e déficits identificados. Com as informações coletadas, torna-se possível o acompanhamento da evolução do desempenho dos estudantes, o que pode facilitar a identificação de fatores que possam interferir e comprometer em suas aprendizagens, além de se comparar o desempenho das redes e escolas ao longo do tempo.

Considerando a relevância dos dois indicadores apresentados, surgiu a motivação para essa pesquisa. Este tem como objetivo analisar o indicador de adequação da formação docente e o desempenho dos estudantes da rede estadual de Alagoas, a partir do Ideb, no período de 2013 a 2019.

A pesquisadora, enquanto coordenadora do Núcleo Estratégico de Formação Continuada de Professores da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas, cuja finalidade é garantir ações formativas que conduzam à reflexão contínua da prática pedagógica e o senso pela pesquisa, nutrindo e subsidiando o desenvolvimento profissional em busca da melhoria da aprendizagem de todos os estudantes alagoanos (ALAGOAS, 2018); buscou entender como o alinhamento entre a formação inicial do professor da rede estadual e o componente curricular por ele ministrado se relaciona com o desempenho dos estudantes da rede estadual.

Na bibliografia pesquisada, autores como Baruffi (2011), Carmo (2015), Silva (2018) entre outros, discutem questões relacionadas aos indicadores disponibilizados pelo Inep. Mas, como o presente estudo trata especificamente, da análise de dados quantitativos, estas referências foram suficientes para subsidiar as discussões. Vale salientar ainda, aos interessados em aprofundar as discussões com mais pesquisas, que há diversos autores e pesquisadores da área que não foram citados.

Metodologicamente, o estudo foi realizado numa abordagem quantitativa com enfoque descritivo (GERHARDT; SILVEIRA, 2009) a partir de dados secundários fornecidos pelo Inep. As informações disponíveis no site do Inep constam agrupadas por Regiões/UF, Municípios e Escolas. Neste estudo, selecionamos dados do Estado de Alagoas e, dentro destes, filtramos as informações da Rede Pública Estadual, excluindo os demais sistemas de ensino da região. Portanto, os dados em cada um dos indicadores estão disponibilizados por grupos e seus subgrupos e etapas de ensino.

Foram elaborados os gráficos, com valores em médias, para cada etapa e classificação dos indicadores da rede estadual disponíveis nas planilhas fornecidas pelo Inep. Possibilitando a apresentação geral dos dados referentes à adequação da formação docente e dos resultados do Ideb de 2013 a 2019.

O artigo foi dividido em quatro seções. Além da Introdução, conta com a segunda seção que é composta pela caracterização da rede pública estadual de Alagoas, na qual serão contextualizadas políticas e iniciativas implementadas para a melhoria do desempenho dos estudantes. Na terceira seção, apresenta-se uma análise dos dados de adequação da formação docente da rede estadual e dos resultados do Ideb, ambos de 2013 a 2019. E, por fim, na quarta seção, são apresentadas algumas considerações finais.

2 A REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ALAGOAS

O Estado de Alagoas, segundo menor estado do Brasil, localizado na região nordeste, com 102 municípios, possui uma área de 27.843,295 km² e população estimada de 3.351.543 pessoas residentes, de acordo com dados obtidos no portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE(2020).

Em relação aos fatores sociais, segundo o Atlas do IDHM 2017 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Alagoas, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Alagoas está na faixa média de desenvolvimento humano, com IDHM de 0,683. O índice que vai de 0 a 1 e quanto maior a proximidade do 1 (um), melhor o desenvolvimento humano da localidade. De acordo com Silva (2015, p. 67), o índice “agrega três dimensões do desenvolvimento humano: a oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas, representadas pela saúde, educação e renda”, em sua composição.

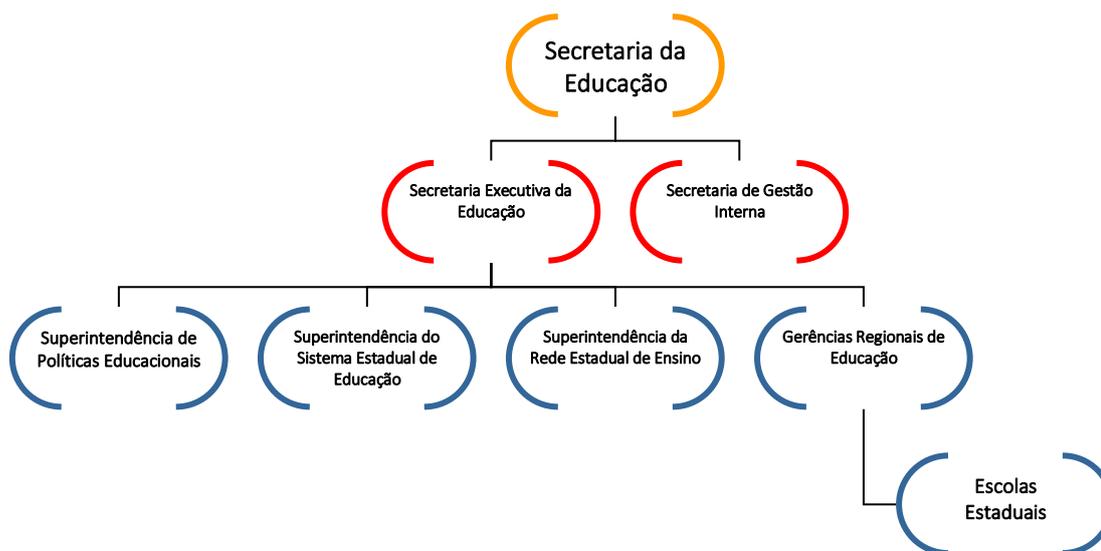
No que tange à gestão administrativa do estado de Alagoas, em agosto de 2015, foi instituído um novo modelo de gestão, a partir da promulgação da Lei Delegada Nº 47, na qual foram apontadas como prioridades a educação, a saúde, a segurança pública e o desenvolvimento econômico e social. Nela, além das ações, foram estabelecidas as diretrizes, linhas e formas de atuação, especificando as atribuições dos cargos em comissão e funções gratificadas que integram a sua estrutura funcional. De acordo com o Secretário-chefe do Gabinete Civil, em matéria jornalística, publicada em 2016¹, “com esse novo modelo, as ações do Governo do Estado passaram a ser norteadas pela participação social, qualidade do gasto, compartilhamento na gestão e melhoria dos indicadores administrativos, econômicos e sociais”.

A Secretaria de Estado da Educação de Alagoas – SEDUC passou, também, por mudanças advindas da Lei Delegada Nº 47 e conta com a uma estrutura organizacional composta além do Secretário de Estado da Educação, responsável pela pasta, por mais 02 (dois) Secretários responsáveis pela articulação entre o Secretário de Estado e as demais

¹ **Lei Delegada é disseminada para secretarias e órgãos do Governo do Estado.** Al.gov.br. Disponível em: <<http://www.agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/4484-lei-delegada-e-disseminada-para-secretarias-e-orgaos-do-governo-do-estado>>. Acesso em: 9 Feb. 2021.

unidades da área da Secretaria que coordena. Um deles, responde pela Secretaria de Gestão Interna que coordena a área “meio” da Secretaria composta pelas Superintendências Administrativa, Planejamento e Orçamento, Finanças e Contabilidade, Valorização de Pessoas e Engenharia e Tecnologia de Informação. E o outro, pela Secretaria Executiva de Educação que coordena a área finalística da Secretaria e tem a estrutura conforme organograma abaixo:

Figura 1: Estrutura da área finalística da SEDUC



Fonte: Elaborada pela autora (2021)

A rede pública estadual de Alagoas oferta Educação Infantil, Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais), Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos – EJA e conta com: 315 Unidades de Ensino, sendo 307 Escolas e 8 Centros Especializados de Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional (SEDUC, 2020); 176.186 estudantes matriculados²; e, 10.670 professores, sendo 3.473 com contratos temporários³.

Como o objetivo do trabalho é a análise dos indicadores de adequação da formação docente e do desempenho, focamos em referenciais importantes, tanto do ponto de vista teórico quanto normativo, para abordar a formação docente. No que tange à formação inicial dos professores, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB N° 9.394/1996, alterada pelo Lei Federal N° 13.415/2017, no título VI, no Art. 62, estabelece que a

formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (BRASIL, 1996, Art. 62)

Esse entendimento também está presente na meta 15 do Plano Nacional de Educação – PNE (Lei Federal n° 13.005/2014) e Plano Estadual de Educação (Lei Federal n° 7.795/2016) que o engloba ao

² Dados de matrícula obtidos a partir de Relatório do Sistema de Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas – SAGEAL, em 29 de setembro de 2020.

³ Os dados referentes ao quantitativo de professores da rede estadual de Alagoas, apesar de não serem oficiais, foram obtidos a partir de levantamento realizado junto à Superintendência de Movimentação de Pessoas da SEDUC, em maio de 2020.

garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PEE, política estadual de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. (ALAGOAS, 2016, Meta 15)

Em Alagoas, de acordo com a Lei Estadual Nº 6.197, de 26 de setembro de 2000, que estabelece o Plano de Cargos e Carreira do Magistério Público Estadual, no capítulo III, que trata da estrutura do cargo e carreira, art. 7º, inciso I, estabelece que “para o exercício das atividades de docência é exigida habilitação específica, obtida em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena” (ALAGOAS, 2000).

No entanto, em conformidade com a Constituição Federal, a Lei Federal Nº8.666/1993 e a Lei Estadual Nº 6.018/1998, que dispõe sobre a contratação temporária de excepcional interesse público, a Secretaria de Estado da Educação de Alagoas, que tem a prerrogativa de selecionar e contratar, temporariamente, professores monitores, realizava processo seletivo para professores temporários sem a exigência mínima de habilitação obtida em nível superior, em curso de licenciatura.

Em 2015, o Edital SEE/AL Nº 013/2015, trouxe uma novidade no item referente aos requisitos do candidato. Passou a ser exigida, como formação mínima do candidato, Ensino Normal Médio (antigo magistério), Licenciatura Plena ou formação pedagógica especial nas áreas afins, para candidatos que não possuíam licenciatura plena para o componente curricular ao qual concorreria, conforme quadro abaixo:

Quadro 1: Requisitos para seleção de professores temporários de 2014 e 2015

(continua)

| CÓD. | CARGO (Professor Monitor) | REQUISITOS - 2014 (EDITAL 01/2014) | REQUISITOS – 2015 (EDITAL 13/2015) |
|------|---|---|--|
| 01 | Anos Iniciais (1º ao 5º ano) | Ensino normal médio completo, Licenciatura plena em Pedagogia ou 50% da licenciatura em curso. | Ensino normal médio, Licenciatura plena em Pedagogia ou licenciatura plena normal superior. |
| 02 | Componente Curricular: Língua Portuguesa (6º ao 9º ano e Ensino Médio) | Licenciatura plena em Letras ou 50% da licenciatura em curso. | Licenciatura plena em Letras |
| 03 | Componente Curricular: Língua Espanhol (6º ao 9º ano e Ensino Médio) | Licenciatura plena em Letras (Espanhol) ou 50% da licenciatura em curso. | Licenciatura plena em Letras com habilitação em português/espanhol |
| 04 | Componente Curricular: Língua Inglesa (6º ao 9º ano e Ensino Médio) | Licenciatura plena em Letras (Inglês) ou 50% da licenciatura em curso. | Licenciatura plena em Letras com habilitação em português/inglês |
| 05 | Componente Curricular: Matemática (6º ao 9º ano e Ensino Médio) | Licenciatura plena em Matemática, Física ou Ciências Naturais com habilitação em Matemática ou 50% da licenciatura em curso ou Formação pedagógica especial (Resolução CNE/CEB nº 02/97) nas áreas afins. | Licenciatura plena em Matemática, Física ou licenciatura curta em Ciências Naturais ou matemática ou graduação mais Formação pedagógica especial (Resolução CNE/CEB nº 02/97) nas áreas afins. |
| 06 | Componente Curricular: Ciências (6º ao 9º ano e Ensino Médio) | Licenciatura plena Ciências Biológicas ou Ciências Naturais com habilitação em Biologia ou 50% da licenciatura em curso. | Licenciatura plena Ciências Biológicas, Química ou licenciatura curta em Ciências. |

Quadro 1: Requisitos para seleção de professores temporários de 2014 e 2015

(conclusão)

| CÓD. | CARGO (Professor Monitor) | REQUISITOS - 2014 (EDITAL 01/2014) | REQUISITOS – 2015 (EDITAL 13/2015) |
|------|--|---|---|
| 07 | Componente Curricular: Biologia (6º ao 9º ano e Ensino Médio) | Licenciatura plena Ciências Biológicas ou Ciências Naturais com habilitação em Biologia ou 50% da licenciatura em curso. | Licenciatura plena Ciências Biológicas ou Ciências Naturais com habilitação em Biologia. |
| 08 | Componente Curricular: Física (6º ao 9º ano e Ensino Médio) | Licenciatura plena em Física ou Matemática ou 50% da licenciatura em curso ou Formação pedagógica especial (Resolução CNE/CEB nº 02/97) nas áreas afins. | Licenciatura plena em Física ou Matemática ou graduação mais Formação pedagógica especial (Resolução CNE/CEB nº 02/97) nas áreas afins. |
| 09 | Componente Curricular: História (6º ao 9º ano e Ensino Médio) | Licenciatura plena em História, Estudos Sociais ou 50% da licenciatura em curso. | Licenciatura plena em História, Geografia, Estudos Sociais, Filosofia, Ciências Sociais. |
| 10 | Componente Curricular: Arte (6º ao 9º ano e Ensino Médio) | Licenciatura plena em Educação Artística ou Arte, Licenciatura Plena em Artes Visuais, Artes Cênicas (Teatro), Música, Dança ou 50% da licenciatura em uma dessas áreas. | Licenciatura plena em Educação Artística ou Arte, Licenciatura Plena em Artes Visuais, Artes Cênicas (Teatro), Música, Dança ou ou graduação mais Formação pedagógica especial (Resolução CNE/CEB nº 02/97) em uma dessas áreas afins. |
| 11 | Componente Curricular: Educação Física (6º ao 9º ano e Ensino Médio) | Licenciatura plena em Educação Física. | Licenciatura plena em Educação Física. |
| 12 | Componente Curricular: Ensino Religioso (6º ao 9º ano) | Licenciatura plena em História, Filosofia, Ciências Sociais, Psicologia, Formação de Professores para Ensino Religioso, especialização <i>Lato-sensu</i> Ensino Religioso ou Pós-graduação <i>Strictu-sensu</i> na área (Res. CEB/CEE/AL N°003/02) ou 50% da licenciatura em curso. | Licenciatura plena em História, Filosofia, Ciências Sociais, Psicologia, Formação de Professores para Ensino Religioso, especialização <i>Lato-sensu</i> Ensino Religioso ou Pós-graduação <i>Strictu-sensu</i> na área (Res. CEB/CEE/AL N°003/02). |
| 13 | Componente Curricular: Sociologia (6º ao 9º ano e Ensino Médio) | Licenciatura plena em Ciências Sociais, Pedagogia ou 50% da licenciatura em curso. | Licenciatura plena em Ciências Sociais ou Pedagogia. |
| 14 | Componente Curricular: Filosofia (6º ao 9º ano e Ensino Médio) | Licenciatura plena em Filosofia, Pedagogia ou 50% da licenciatura em curso. | Licenciatura plena em Filosofia, História ou Pedagogia. |
| 15 | Componente Curricular: Química (6º ao 9º ano e Ensino Médio) | Licenciatura plena em Química ou 50% da licenciatura em curso ou Formação pedagógica especial (Resolução CNE/CEB nº 02/97) nas áreas afins. | Licenciatura plena em Química ou graduação mais formação pedagógica especial (Resolução CNE/CEB nº 02/97) nas áreas afins. |
| 16 | Componente Curricular: Geografia (6º ao 9º ano e Ensino Médio) | Licenciatura plena em Geografia, Estudos Sociais ou 50% da licenciatura em curso. | Licenciatura plena em Geografia, Estudos Sociais, História ou Ciências Sociais. |

Fonte: Elaborado pela autora com base nos editais da SEDUC/AL

Além da mudança nos requisitos para seleção de professores temporários, outras iniciativas foram implementadas pela SEDUC. Em 2016, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação ofertada pela rede estadual, a Secretaria de Estado da Educação de

Alagoas realizou planejamento estratégico com toda a área pedagógica, a fim de aperfeiçoar, principalmente, as estratégias de acompanhamento pedagógico da rede (NOBRE, 2016).

Em 01 de junho de 2016, com a Lei Estadual Nº 7.801, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas, foi criada a Função Especial de Articulador de Ensino, com a qual os servidores efetivos estaduais nomeados passam a receber gratificação estabelecida na citada Lei.

Após planejamento estratégico pedagógico da SEDUC, a atuação do Articulador de Ensino foi ampliada aos municípios alagoanos, conforme diretrizes do Programa Escola 10, criado em 2017, transformado em política de estado com a sanção da Lei nº 8.048, de 23 de Novembro de 2018, com a finalidade de garantir os direitos de aprendizagem dos estudantes da educação básica de todas as redes públicas de Alagoas.

A partir do Programa Escola 10, foi firmado um pacto pela educação entre o estado e os municípios alagoanos, por meio da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC. Esse pacto fortaleceu o regime de colaboração entre as redes, que corresponde à atuação cooperativa, colaborativa e não competitiva de gestão estabelecida entre o Estado e os municípios de Alagoas, no cumprimento de competências próprias, exercidas de forma articulada, visando garantir os direitos de aprendizagem dos estudantes da educação básica de todas as redes públicas de Alagoas. Conforme o Decreto Nº 23.892, de 17 de dezembro de 2012, o Regime de Colaboração é desenvolvido mediante adesão e comprometimento dos entes envolvidos, pautando-se nos princípios da equidade e reciprocidade.

Após adesão ao Escola 10, o estado pode ofertar “apoio técnico e financeiro, na forma de material didático complementar, pagamento de bolsas a profissionais responsáveis pelo acompanhamento pedagógico das unidades de ensino, realização de avaliações externas”, nos termos da Lei Nº 9.048/2018, aos municípios (ALAGOAS, 2018).

De acordo com a Lei Estadual Nº 9.048/2018, as ações do Escola 10 têm como objetivo:

- I - garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental;
- II - reduzir os índices de alfabetização incompleta, letramento insuficiente e diminuir a distorção idade-série na Educação Básica;
- III - melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB; e
- IV - construir propostas para a definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes na Educação Básica. (ALAGOAS, 2018, Art. 4º)

A adesão ao Programa possibilita o planejamento e implementação de projetos e ações, de forma colaborativa, estruturadas em três eixos: acompanhamento pedagógico, materiais didáticos e avaliação (ALAGOAS, 2018).

O acompanhamento pedagógico consiste, no âmbito do Escola 10, num processo de gestão educacional, com foco no monitoramento de indicadores e ações implementadas com base em evidências e, também, de formação continuada dos professores com professores de todas as etapas da educação básica, a partir de uma rede de articuladores de ensino, lotados na Sede da SEDUC, nas Gerências Regionais de Educação, nas Secretarias Municipais de Educação e nas escolas das redes públicas de ensino.

As ações implementadas no eixo de materiais didáticos consistem na disponibilização de cadernos pedagógicos complementares aos livros didáticos, obras de apoio pedagógico aos professores e plataforma digital com objetos digitais de aprendizagem (ALAGOAS, 2018).

Quanto ao eixo Avaliação, conforme §1º do art. 3º da Lei Nº 8.048, consiste na realização de testes padronizados e na obtenção de conjuntos de dados sobre o sistema educacional, com a finalidade de diagnosticar o estágio de conhecimento bem como analisar a evolução do desempenho dos estudantes avaliados e os fatores associados a esses

desempenhos, produzindo informações que possibilitem a definição de ações prioritárias de intervenção nas Redes Públicas de Ensino de Alagoas.

A rede estadual de Alagoas conta com um Sistema de Avaliação próprio, desde 2001. Com a criação do Sistema de Avaliação Educacional de Alagoas - SAVEAL foi iniciada a implementação de uma política de acompanhamento do desempenho das escolas. Em 2015, por meio de Portaria Nº 4948/2015, a SEDUC instituiu o Programa e o Índice de Desenvolvimento da Educação de Alagoas - IDEAL, de qualidades das escolas do Estado de Alagoas. E, ao instituir o IDEAL, foram considerados dois critérios complementares:

- I - o desempenho escolar, medidos pelos resultados alcançados no SAVEAL (Sistema de Avaliação do Estado de Alagoas), considerando os anos de existência da Avaliação SAVEAL e, posteriormente o AREAL;
- II - o fluxo escolar, qual seja, em quanto tempo os alunos aprenderam, medido pela taxa média de aprovação nas séries do Ensino Fundamental e Ensino Médio. (ALAGOAS, 2015, Art. 2º)

A realização do SAVEAL, a partir de 2017, caracteriza-se pela aplicação da PROVA ALAGOAS, composta da aplicação de testes cognitivos de Língua Portuguesa e Matemática para estudantes de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental das redes públicas municipais e estadual, e para os estudantes da 3ª série do Ensino Médio da rede estadual de Alagoas.

Em 4 de janeiro de 2017, a SEDUC instituiu, por meio da Portaria Nº001/2017, o Núcleo Estratégico de Acompanhamento Pedagógico da Rede Estadual de Ensino de Alagoas com o objetivo de promover a articulação e a coordenação de ações estratégicas de formação continuada docente em serviço por meio do acompanhamento pedagógico. E, que de acordo com a estrutura do Núcleo, no ato da criação, cabia ao Articulador de Ensino acompanhar a execução do planejamento dos professores; organizar e coordenar, periodicamente, momentos de estudos com a equipe escolar, como forma de garantir práticas reflexivas; bem como, assegurar a integração e manter os professores atualizados.

O Articulador de Ensino, com previsão legal de atuação nos diversos espaços da Secretaria, passou a ter como foco a formação continuada dos professores, a partir da instituição do Núcleo Estratégico de Formação Continuada – NEF, por meio da Portaria SEDUC Nº 1.500/2018, que visa o desenvolvimento da Política Educacional de Formação Continuada de Profissionais de Educação que atuam na Educação Básica.

O Núcleo Estratégico de Formação Continuada – NEF, com a finalidade de planejar e executar as ações formativas da rede estadual, pautadas na homologia de processos, conta com, além dos articuladores de ensino que atuam diretamente nas Unidades de Ensino, com uma equipe Central de Formação, que atua na Administração Central da SEDUC e com os Formadores Regionais que atuam nas Gerências Regionais de Educação.

Esta pesquisa analisará o indicador educacional referente à adequação da formação docente e os resultados do Ideb da rede pública estadual de Alagoas no período de 2013 a 2019. Assim sendo, na próxima seção, serão apresentadas as informações coletadas na plataforma do Inep e serão analisadas com vistas a identificar como se relacionam.

3 A ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE E OS RESULTADOS DO IDEB DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE ALAGOAS: análise dos indicadores do inep, no período de 2013 a 2019

O objetivo dessa seção é contextualizar o indicador da adequação da formação docente e apresentar a análise dos dados da rede estadual de Alagoas, referente ao período de 2013 a 2019, no tópico 3.1; bem como, refletir sobre os resultados da rede no Ideb apresentados no tópico 3.2.

3.1 A adequação da formação docente da rede estadual de ensino de Alagoas (2013-2019)

O Ministério da Educação, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, publicou em 21 de novembro de 2014, a Nota Técnica Nº 20/2014, com o objetivo de instituir um indicador da adequação da formação inicial dos professores que atuam nas escolas de educação básica, em conformidade com as normas vigentes.

Para a composição do indicador, foram analisados diversos referenciais legais na proposição das categorias de classificação docente de acordo com a sua formação, conforme será apresentado mais a frente, além de iniciativas como programas especiais de formação docente (BRASIL, 2014).

A Nota Técnica Nº 20/2014 apresenta como formação adequada ou pretendida, para atuação na educação básica, aquela obtida em curso superior de licenciatura, sendo aceita também a qualificação obtida por meio dos programas especiais de formação docente (formação pedagógica ou segunda licenciatura), desde que equivalente à formação inicial de licenciatura na área específica.

Considerando a autonomia das redes de ensino e suas diversas organizações curriculares, a apresentação do indicador de adequação da formação docente teve como referência os componentes curriculares obrigatórios da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental⁴ e Ensino Médio⁵, como mostra o Quadro 2:

Quadro 2: Componentes Curriculares da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental e do Ensino Médio utilizados como referência para o indicador de adequação da formação docente

(continua)

| ENSINO FUNDAMENTAL | ENSINO MÉDIO |
|--|--|
| <p>I. Linguagens:</p> <ul style="list-style-type: none">a. Língua Portuguesa;b. Língua Materna (para populações indígenas);c. Língua estrangeira moderna;d. Arte, ee. Educação Física. <p>II. Matemática.</p> <p>III. Ciências da Natureza.</p> <p>IV. Ciências Humanas:</p> <ul style="list-style-type: none">a. História ;b. Geografia. <p>V. Ensino Religioso.</p> | <p>I. Linguagens:</p> <ul style="list-style-type: none">a. Língua Portuguesa;b. Língua Materna (para populações indígenas);c. Língua estrangeira moderna;d. Arte, ee. Educação Física; <p>II. Matemática.</p> <p>III. Ciências da Natureza:</p> <ul style="list-style-type: none">a. Biologia;b. Física;c. Química. <p>IV. Ciências Humanas:</p> |

⁴ **CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. RESOLUÇÃO CEB Nº 7/2010.** Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf>. Acesso em 16 fev. 2021.

⁵ **CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. RESOLUÇÃO Nº 2/ 2012.** Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9864-rceb002-12&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 16 fev. 2021.

Quadro 2: Componentes Curriculares da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental e do Ensino Médio utilizados como referência para o indicador de adequação da formação docente

(conclusão)

| ENSINO FUNDAMENTAL | ENSINO MÉDIO |
|--------------------|--|
| | a. História; b. Geografia; c. Filosofia; d. Sociologia. |

Fonte: Adaptado pela autora - Nota técnica 20/2014 (INEP/MEC)

Assim sendo, com o intuito de compreender a adequação da formação docente ao componente curricular lecionado pelos professores da rede pública estadual de Alagoas, foi realizada uma busca nos dados disponíveis na plataforma do INEP. Tendo em vista que a partir da proposição do indicador da adequação da formação inicial dos professores que atuam na educação básica, foi possível ser estabelecida a classificação dos professores que atuam na educação básica com base em sua formação inicial, conforme quadro 3 a seguir.

Quadro 3: Descrição dos grupos de formação docente

| GRUPO | DESCRIÇÃO |
|-------|---|
| 1 | Docentes com formação superior de licenciatura na mesma disciplina que lecionam, ou bacharelado na mesma disciplina com curso de complementação pedagógica concluído. |
| 2 | Docentes com formação superior de bacharelado na disciplina correspondente, mas sem licenciatura ou complementação pedagógica. |
| 3 | Docentes com licenciatura em área diferente daquela que leciona, ou com bacharelado nas disciplinas da base curricular comum e complementação pedagógica concluída em área diferente daquela que leciona. |
| 4 | Docentes com outra formação superior não considerada nas categorias anteriores. |
| 5 | Docentes que não possuem curso superior completo. |

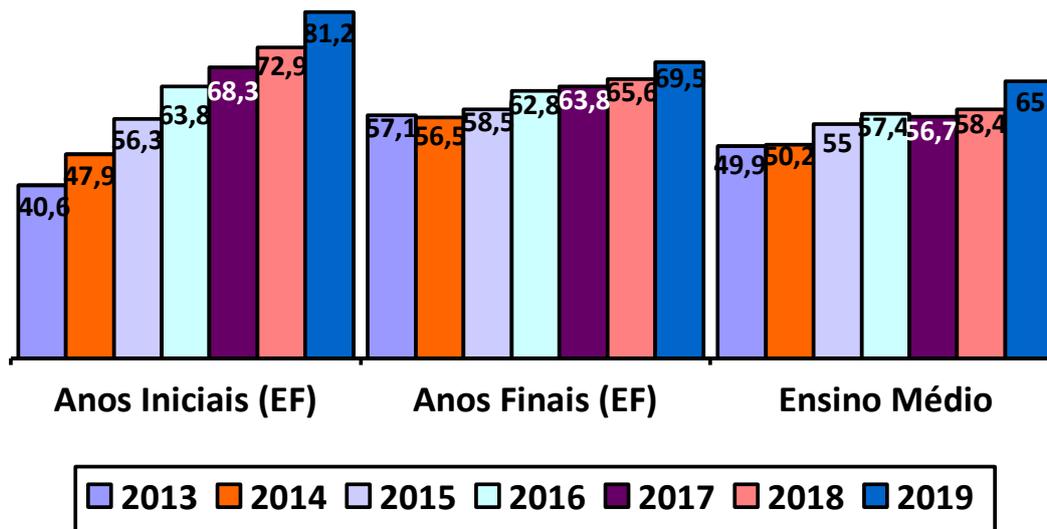
Fonte: Nota técnica 20/2014 (INEP/MEC)

Os dados sobre a formação docente que compõem o indicador de adequação da formação docente provém do Censo Escolar da Educação Básica, informado pelos gestores escolares no preenchimento do Cadastro de Docentes. Para essa pesquisa, foram considerados os professores regentes nas turmas de ensino fundamental e médio da rede pública estadual, no período entre 2013 a 2019. Vale ressaltar que, de acordo com Carmo *et al.* (2014, p.32), “no levantamento estatístico a atividade docente não se confunde com as funções de magistério”, uma vez que se a LDB, no art. 67, §2º, declara que são funções do magistério além da docência, há a de direção, coordenação e assessoramento pedagógico.

Esta pesquisa analisa os indicadores educacionais da rede pública estadual de Alagoas, como mencionado anteriormente, e trabalharemos com informações e dados das etapas do Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e Ensino Médio. Os gráficos foram elaborados com base nos dados totais da rede, por etapa. Desse modo, apresentamos os indicadores que mais se destacaram para subsidiar a discussão. O Gráfico 1 apresenta o percentual de

professores com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona, no período pesquisado:

Gráfico 1: Percentual de professor da rede pública estadual de Alagoas que atua no Ensino Fundamental e Ensino Médio com formação superior de licenciatura na mesma área da disciplina que leciona entre os anos de 2013 a 2019



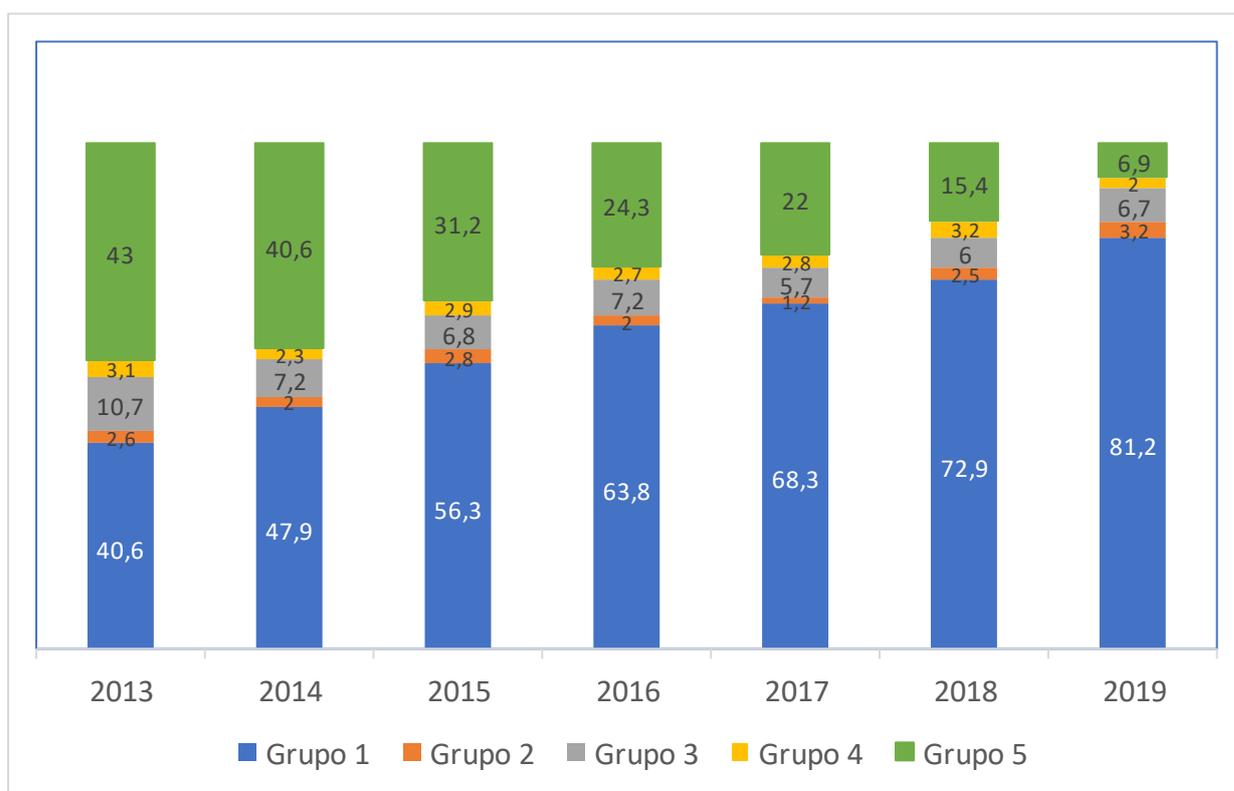
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do INEP

Verificamos um aumento significativo de professores, com atuação na rede pública estadual de Alagoas, que possuem formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona, destacando-se os dados referentes aos professores dos anos iniciais do ensino fundamental que, apesar de ter a menor taxa, comparando-a às taxas dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, foi a que apresentou a maior alta, uma vez que obteve um incremento de 100% de professores com curso superior em 2019; ao passo que nos anos finais e no ensino médio, considerando o percentual de 2013, obtiveram um aumento percentual de 22% e 30%, respectivamente. Levando-nos a inferir que a mudança do requisito para ingresso na rede pública estadual, a partir de 2015, mesmo que em regime de contratação temporária, pode ter sido o fator responsável pela variação do percentual de professores com nível superior completo e adequado ao ensino da disciplina que leciona.

De acordo com Costa (2016), o percentual de docentes distribuídos no grupo 1, pode ser utilizado como medida no monitoramento da meta 15 do PNE. Uma vez que, de acordo com o INEP (2014), esse grupo 1 é formado “por docentes que atuam na mesma área de atuação de sua formação inicial, relação apropriada entre docência e formação do docente segundo os dispositivos legais”.

O gráfico 2 apresenta, no período de 2013 a 2019, a distribuição percentual dos professores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental nas escolas da rede pública estadual de Alagoas.

Gráfico 2: IFD da rede estadual de Alagoas que atuam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede pública estadual de Alagoas entre os anos de 2013 a 2019

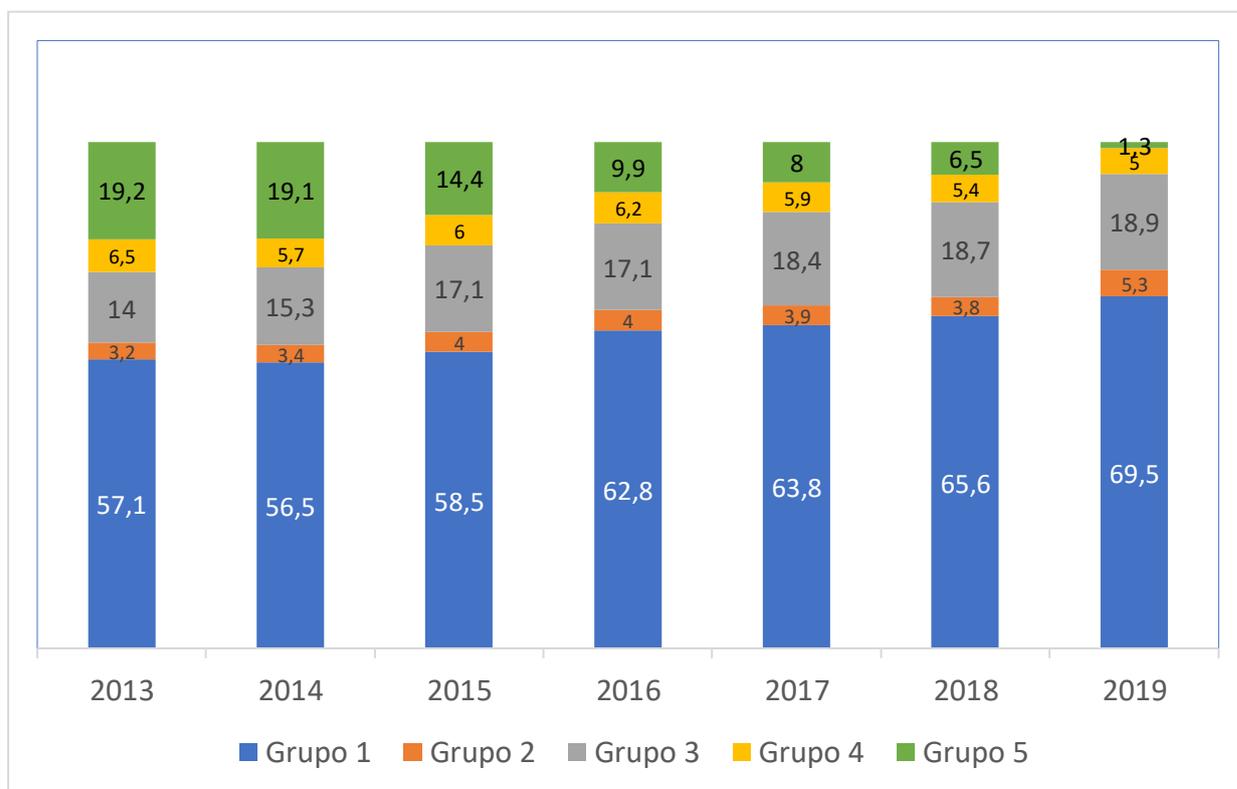


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do INEP

No que tange o indicador de adequação da formação docente, percebe-se que, em 2013 e 2014, observa-se que havia grande número de professores que atuavam nos anos iniciais do ensino fundamental classificados no grupo 5, ou seja, de professores que não possuíam curso superior completo. Verifica-se também, uma pequena variação de professores classificados no grupo 3, de professores com licenciatura em área diferente daquela que leciona, ou com bacharelado nas disciplinas da base curricular comum e complementação pedagógica concluída em área diferente daquela que leciona. Uma parte menor, representada por uma porcentagem mínima está classificada nos grupos 2 e 4, professores com bacharelado sem licenciatura ou complementação pedagógica e professores com outra formação superior não considerada nos grupos 1, 2, 3 e 5, respectivamente. O grande destaque se dá pela evolução da quantidade de professores no grupo 1, cuja taxa aumentou 100% em 2019 frente a 2013.

Ao tratar dos dados referentes à adequação da formação dos professores que atuam nos anos finais do ensino fundamental, o gráfico 3 sintetiza a distribuição percentual deles por grupo de formação docente, conforme Nota Técnica N° 20/2014 do INEP/MEC.

Gráfico 3: IFD da rede estadual de Alagoas que atuam nos Anos Finais do Ensino Fundamental da rede pública estadual de Alagoas entre os anos de 2013 a 2019

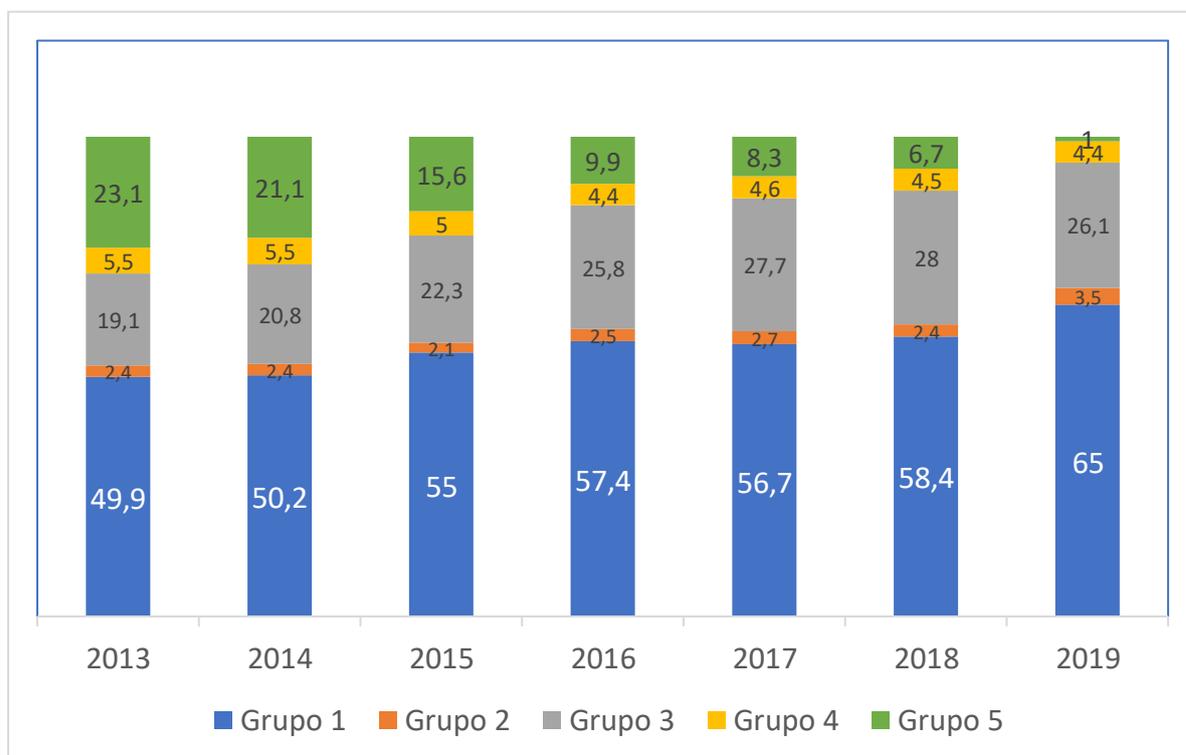


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do INEP

Podemos verificar que houve um aumento de 35% de professores classificados no grupo 3 e 22% de professores no grupo 1 em 2019 frente a 2013. A quantidade de professores classificados no grupo 5. Em 2013, havia 19,2% dos professores sem curso superior completo, chegando a 2019, num percentual de 1,3%, que representa uma queda de 93%.

E, para que se possa compreender a trajetória completa da adequação da formação docente dos professores que atuam nas etapas da educação básica da rede estadual, o Gráfico 4 apresenta o percentual de professores que atuam no Ensino Médio por grupo.

Gráfico 4: IFD da rede estadual de Alagoas que atuam no Ensino Médio da rede pública estadual de Alagoas entre os anos de 2013 a 2019



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do INEP

Nota-se que houve uma queda de cerca de 96% de professores classificados no grupo 5, em 2019 frente a 2013; e, um aumento de professores classificados nos grupo 1 e 3 de 30% e 37%, respectivamente. Buscando apoio na literatura, Carmo *et. al.* (2015) ao tratar de estudo feito pelo inep em 2009, intitulado Estudo Exploratório sobre o Professor Brasileiro, ressalta que assim como percebemos nos resultados do ensino médio de Alagoas, “de uma forma geral, o professor que atua no ensino médio apresenta a escolaridade mínima exigida pela atual legislação educacional”(p.21). Sendo o ponto de atenção, neste caso, a atuação dos professores em componentes distintos de sua formação inicial, como acontece, por exemplo, com a Física, componente curricular lecionado, muitas vezes, por professores com formação em matemática (CARMO *et.al.*, 2015).

Com base nos resultados apresentados sobre a adequação da formação docente da rede estadual de Alagoas, podemos inferir que as ações adotadas pela Secretaria da Educação de Alagoas, no tocante aos requisitos de seleção de professores temporários na rede, tenham tido impacto significativo nesse resultado e tenha estabelecida uma elevação no desempenho das escolas da rede estadual no Ideb, como veremos nos dados apresentados a seguir.

3.2 O Ideb da rede estadual de ensino de Alagoas (2013-2019)

Além dos dados referentes ao indicador de adequação da formação docente, nesta pesquisa, analisamos o desempenho dos estudantes da rede estadual de Alagoas, a partir do Ideb, entre os anos de 2013 a 2019, das etapas avaliadas no Saeb.

O Sistema de Avaliação da Educação Brasileira - Saeb, marco dos sistemas nacionais de avaliação da educação no Brasil, é composto por um conjunto de avaliações externas em

larga escala e contempla a aplicação de testes padronizados e questionários contextuais a estudantes, professores e gestores da rede pública e uma amostra da rede privada; possibilitando o diagnóstico da educação básica brasileira (BRASIL, 2019).

Realizado desde 1990, o Saeb contemplou, na edição de 2019, quatro momentos importantes do processo educacional: o 2º ano do ensino fundamental, com aplicação amostral de testes de língua portuguesa e matemática; o fim dos anos iniciais do ensino fundamental (5ºano), com aplicação censitária para a rede pública e amostral para a rede privada de testes de língua portuguesa e matemática; o fim dos anos finais (9º ano) do ensino fundamental, com aplicação censitária para a rede pública e amostral para a rede privada de testes de língua portuguesa e matemática, bem como a aplicação amostral de testes de ciências da natureza e ciências humanas para todas as redes; e, o fim da educação básica (3ª série do ensino médio) com a aplicação censitária para a rede pública e amostral para a rede privada de testes de língua portuguesa e matemática (BRASIL, 2019).

São avaliadas, no Saeb, habilidades consideradas essenciais em cada etapa de ensino em: língua portuguesa (foco em leitura), matemática (foco na resolução de problemas), ciências da natureza e ciências humanas, organizadas nas chamadas “Matrizes de Referências”, que de acordo com Fini *apud* Castro (2016, p. 93), representam

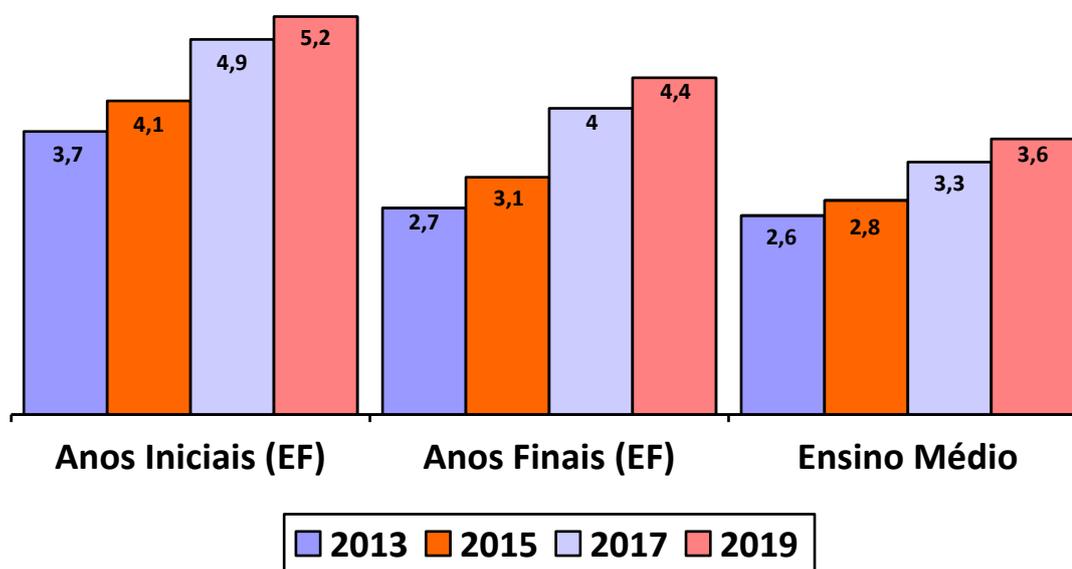
um marco seguro para os elaboradores dos instrumentos, itens e provas, pois contém uma orientação clara do que os alunos devem ser capazes de realizar como tarefa cognitiva mínima para que se possa verificar se houve aprendizagem ou não. E as informações sobre o desempenho dos alunos precisavam apoiar-se no referencial de um currículo, pois só seria justo avaliar o que os alunos haviam aprendido.

Ainda sobre as matrizes, elas representam um recorte dos currículos e sinalizam o que os alunos deveriam saber e ser capazes de realizar como tarefas cognitivas mínimas (CASTRO, 2016); e, por não englobar todo o currículo escolar, “não devem ser confundidas com procedimentos, estratégias de ensino ou orientações metodológicas, já que o recorte da avaliação só pode ser feito com base em métricas aferíveis (BRASIL, 2015).

No que tange a metodologia de análise dos dados gerados após a aplicação dos testes, é utilizada a Teoria de Resposta ao Item (TRI) que, segundo Klein (2009, p.127), “é um conjunto de modelos matemáticos onde a probabilidade de resposta a um item é modelada como função da proficiência do aluno (variável latente, não observável) e de parâmetros que expressam certas propriedades dos itens”. Concernente às características dos itens, têm-se a discriminação, a dificuldade e a probabilidade de acerto ao acaso. O que possibilita a medição do nível de proficiência de cada estudante e a construção de uma escala.

A combinação do desempenho (medida a partir da média dos resultados do Saeb, padronizado para um indicador entre 0 e 10) relacionado ao rendimento escolar (média das taxas de aprovação do ciclo avaliado medida por meio dos dados do censo escolar) compõe o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, lançado em 2007, pelo Ministério da Educação (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020). Os dados apresentados no Gráfico 2 permitem observar a evolução da nota do Ideb das etapas avaliadas no período de 2013 a 2019.

Gráfico 5: Ideb da rede pública estadual de Alagoas (2013 a 2019)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do INEP

Com base nos dados apresentados no Gráfico 5, verifica-se que o Ideb da rede pública estadual de Alagoas segue uma trajetória ascendente desde 2013. A etapa dos anos finais do ensino fundamental registrou a maior evolução no período estudado, houve um aumento de 63%, considerando a nota de 2013. Seguida pela etapa dos anos iniciais do ensino fundamental que apresentou um crescimento de 40% na nota de 2019, com base em 2013. E, por fim, a etapa do ensino médio que obteve um incremento de 38%.

Como resultado, observa-se que no desempenho da rede estadual no Ideb, considerando a linha histórica desta pesquisa, há uma elevação significativa da edição de 2015 para 2017. Houve um aumento de cerca de 19,5% nos anos iniciais, 29% nos anos finais e 17,8% no ensino médio, considerando a nota obtida em 2017, tendo como referência 2015.

Na comparação entre os dados referentes à adequação da formação docente e o desempenho dos estudantes representado pelo Ideb, nota-se que houve uma evolução positiva das duas variáveis no período estudado. Essa relação foi percebida por outros pesquisadores, em diversos estudos, como por exemplo, por Pieri e Santos (2014, *apud*, CARMO, 2015) responsáveis pela criação do Índice de Formação de Professores na avaliação dos processos de alfabetização em Matemática e Linguagem, utilizando os dados do Censo de 2007 e 2012, que

constataram que, para os anos pesquisados, o aumento na formação docente foi positivamente correlacionado ao aumento no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, corroborando a hipótese de que o impacto de o professor possuir a formação adequada interfere favoravelmente sobre a proficiência dos estudantes.(CARMO, 2015, p.20).

Merece destaque o fato de que a proposição de analisar a relação do indicador de adequação da formação docente com o desempenho dos estudantes da rede estadual de Alagoas, a partir dos resultados do Ideb, não podem ficar restrita apenas a resultados de indicadores quantitativos. É necessário que se estabeleça, também, um conjunto de dados qualitativos da rede e das escolas para que se consiga ampliar essa análise e evolua para uma avaliação numa dimensão diagnóstica das realidades escolares. Contudo, apenas comparando o indicador de adequação da formação docente com a média de desempenho da rede estadual

aferida pelo Ideb, como mostra o Gráfico 5, é possível perceber as semelhanças, no que tange a evolução positiva dos indicadores.

Carmo *et. al.* (2015), no estudo que analisou a relação entre o desempenho escolar no ensino médio regular e a adequação na formação docente, tendo como referência os resultados do Enem, observou que escolas com as maiores médias no indicador de adequação da formação docente, alcançaram resultado superior no Enem em 2013 e 2014, em relação às demais escolas que apresentaram a taxa do indicador de adequação da formação docente abaixo da média nacional.

4 CONCLUSÃO

Dentre os diversos indicadores criados pelo Ministério da Educação, por meio do INEP, para mensurar a qualidade do ensino de uma unidade escolar ou rede/sistema educacional, há o indicador de adequação da formação docente – IFD que representa a proporção de professores, em efetivo exercício de magistério, que lecionam componente curricular dentro de sua ciência de forma formação.

O IFD somado a outros indicadores, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino, são ferramentas fundamentais para os sistemas educacionais, tendo em vista que é preciso ater-se não somente ao desempenho dos estudantes, mas também ao contexto econômico e social em que escolas e redes estão inseridas. Eles são ferramentas importantes para o monitoramento tanto de políticas públicas, como no caso do Plano Nacional de Educação, como os serviços ofertados à sociedade.

Neste artigo, buscou-se verificar como o alinhamento entre a formação inicial do professor da rede estadual de Alagoas e o componente curricular por ele ministrado, a partir do IFD, se relaciona com com o desempenho dos estudantes da rede pública estadual, a partir dos resultados do Ideb, no período de 2013 a 2019.

Inspirada num novo modelo de gestão do governo estadual, implantado em 2015, com foco na melhoria dos indicadores, a Secretaria da Educação implementou diversas iniciativas estratégicas com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino da rede estadual e aprendizagem dos estudantes. No tocante à formação docente, percebemos que a mudança nos requisitos de seleção dos professores temporários pode ter gerado um efeito significativo nos indicadores da rede estadual.

No tocante ao indicador dos docentes sem formação superior, constantes nos Gráficos 2, 3 e 4, identificamos que em todas as etapas, a média foi sofrendo uma redução significativa, alcançando, em 2019, o índice médio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de 6,9%, nos Anos Finais do Ensino Fundamental de 1,3% e no Ensino Médio 1%. O que representa uma queda de 78%, 91% e 93%, respectivamente, considerando os índices de 2015.

Esses dados ratificam a possibilidade de utilização do indicador de adequação da formação docente como uma das medidas para o monitoramento do PNE. Considerando que a Meta 15, por exemplo, prevê que os professores que atuam na educação básica devem possuir “formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento que atuam” (BRASIL, 2014b).

Os resultados dessa pesquisa indicam que, de uma forma geral, as informações obtidas com a análise do IFD e sua relação com o desempenho da rede no Ideb fornecem como possibilidade de potencializar a melhoria da proficiência dos estudantes, a partir de ações estratégicas que garantam, ainda mais, a conformidade entre a formação docente e o componente curricular lecionado. Em suma, acreditamos que a influência da adequação da

formação docente é clara nos resultados, mas não pode ser atrelada à exclusividade. Visto que não é uma relação *sine qua non*, sendo necessário que se estabeleça, também, um conjunto de dados qualitativos da rede e das escolas estaduais para que consiga ampliar essa análise e evolua para uma avaliação numa dimensão diagnóstica das realidades escolares.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Lei nº 6.197, de 26 de setembro de 2000. Estabelece o plano de cargo e carreira do magistério público estadual e dá providências correlatas. Maceió/Alagoas, Disponível em: https://sintea1.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/2016/06/PLANODECARGOSECARREIRAMAGISTERIOlein_06_197de2609.pdf. Acesso em: 21 nov. 2020.

ALAGOAS. Decreto nº 23.892, de 17 de dezembro de 2012. Regulamenta, no âmbito da educação, o regime de colaboração entre o estado de alagoas e os municípios alagoanos, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**. Maceió/Alagoas, 18 dez. 2012. p. 1-2.

ALAGOAS. Lei nº 7.795, de 22 de janeiro de 2016. Aprova o Plano Estadual de Educação – PEE, e dá outras providências. Disponível em: <https://sapl.al.al.br/media/sapl/public/normajuridica/2016/1182/1182_texto_integral.pdf> Acesso em: 20 ago. 2020.

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria:** Institui o Programa e o Índice de Desenvolvimento da Educação de Alagoas - IDEAL, de qualidades das escolas do Estado. Portaria Nº 4948/2015. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=314474>> Acesso em: 20 out. 2020.

ALAGOAS. Lei nº 9.048, de 23 de novembro de 2018. Institui o Programa Escola 10 com a finalidade de garantir os direitos de aprendizagem dos estudantes da educação básica de todas as redes públicas de alagoas, define as diretrizes gerais, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**. Maceió, ALAGOAS, 26 nov. 2018. n. 906, p. 1-1.

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria:** Núcleo Estratégico de Formação Continuada de Profissionais de Educação que atuam na Educação Básica, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas. Portaria Nº 1.500/2018. Disponível em: <<https://www.escolaweb.educacao.al.gov.br/pagina/articulador-de-ensino-do>> Acesso em: 20 out. 2020.

BARUFFI, A. M.Z.; PIRES, C. S. **Formação Continuada:** os programas oficiais e o avanço nos índices do Ideb em São Gabriel do Oeste – MS. São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/trabalhosCompleto01.htm>> Acesso em: 01 set. 2020.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília : MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Nota técnica:** Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb. 2007. Disponível em: <

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concecaoIDEB.pdf> Acesso em: 21 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Nota técnica:** Indicador de adequação da formação docente da educação básica. Nota Técnica Nº 020/2014. 2014a. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/resultados/2013/nota_tecnica_indicador_de_adequacao_da_formacao_do_docente_da_educacao_basica.pdf> Acesso em: 12 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação.** Lei nº 13.005/2014. Brasília: MEC, 2014b.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Matrizes de Referência.** 2015. Disponível em: <<http://inep.gov.br/matrizes-de-referencia1#:~:text=O%20termo%20matriz%20de%20refer%C3%Aancia,o%20quanto%20o%20aluno%20realiza>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Nota técnica Nº 10/2019:** Detalhamento da população e resultados do Saeb 2019. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2019/documentos/Nota_tecnica_Detalhamento_da_populacao_e_resultados_do_Saeb_2019.pdf> Acesso em 06 nov.2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico:** Censo da Educação Básica Estadual 2019 [recurso eletrônico]. - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/lista-de-publicacoes?p_p_id=101_INSTANCE_fd3fLDNOvhsN&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_count=2&_101_INSTANCE_fd3fLDNOvhsN_delta=6&_101_INSTANCE_fd3fLDNOvhsN_keywords=&_101_INSTANCE_fd3fLDNOvhsN_advancedSearch=false&_101_INSTANCE_fd3fLDNOvhsN_andOperator=true&p_r_p_564233524_categoryId=408632&p_r_p_564233524_resetCur=false&_101_INSTANCE_fd3fLDNOvhsN_cur=4> Acesso em: 06 dez. 2020.

BRASIL. Imprensa Nacional. **PORTARIA** Nº 366, DE 29 DE ABRIL DE 2019 - DOU - Imprensa Nacional. In.gov.br. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n%C2%BA-366-de-29-de-abril-de-2019-86232542>>. Acesso em: 17 Jan. 2021.

CARMO, E.F. *et al.* Um estudo da relação entre a adequação na formação docente e o desempenho escolar no ensino médio regular. **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/ms, v. 12, n. 4, p. 24-37, 2014. Trimestral. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/4054>>. Acesso em: 20 ago.2020

_____. A ampliação do indicador de formação docente na melhoria do desempenho **escolar**. **Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica**, Recife, v. 1, n. 1, p. 11-32, ago. 2015. Anual. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Dalson_Figueiredo2/publication/290156880_A_ampliacao_do_indicador_de_formacao_docente_na_melhoria_do_desempenho_escolar/links/5694fd6608ae3ad8e33d3dc4.pdf. Acesso em: 26 ago. 2020.

CASTRO, M. H. G. de. O Saeb e a agenda de reformas educacionais: 1995 a 2002. **Em Aberto**, Brasília, v. 29, n. 96, p. 85-98, maio/ago. 2016. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3153/2888>>. Acesso em 20. dez. 2020.

CHIRINEIA, A. M. ; BRANDÃO, C. F. O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. In: **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.** vol.23 no.87. Rio de Janeiro Apr./June 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362015000100019>>. Acesso em: 20 out. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. RESOLUÇÃO CEB Nº 7/2010. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf>. Acesso em 16 fev. 2021.

COSTA, G. L. M. **Professor do Ensino Médio e o Plano Nacional de Educação**. 2016. Disponível em: <http://redeestrado.org/xi_seminario/pdfs/eixo2/181.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2021.

FERNANDES, R. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/td/article/view/3850/3541>> Acesso em: 21 nov. 2020.

GERHARDT, E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em: 20 out. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/al.html>> Acesso em: 06 dez. 2020.

KLEIN, R. Utilização da Teoria de Resposta ao Item no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). **Meta: Avaliação** | Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.125-140, mai./ago. 2009. Disponível em: <<https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/38/17>>, acesso em: 20. dez. 2020

HEIDRICH, G. (2007). Chegou a hora da Prova Brasil. IN: Nova Escola. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/2886/chegou-a-hora-da-prova-brasil>>. Acesso em: 01 jan. 2021.

MESQUITA, S. Os resultados do Ideb no cotidiano escolar. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 20, n. 76, p. 587–606, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v20n76/09.pdf>>. Acesso em: 7 Fev. 2021.

NOBRE, M. Gestão para aprendizagem: escolas da rede estadual participam do processo de formação da Fundação Lemann. **Agência Alagoas**. Maceió, p. 0-0. 31 ago. 2016. Disponível em: <<http://agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/8170-escolas-da-rede-estadual-participam-do-processo-de-formacao-da-fundacao-lemann>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

PUNTES, R. V.; AQUINO, O. F.; QUILLICI NETO, A. **Profissionalização dos professores**: conhecimentos, saberes e competências necessários à docência. Educ. rev. [online]. 2009, n.34, pp.169-184. ISSN 1984-0411. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602009000200010>.

SILVA, M. C. da et al. Ranking de desempenho de municípios: elaboração de um único índice a partir do IDHM, IFDM e IRFS. Veredas: Revista eletrônica de Ciências, [s. l], v. 8, n. 1, p. 62-78, 2015.

SILVA, R. I.C; PAIM. R. O. **Condições de docência nas redes municipais de ensino da microrregião geográfica de Erechim – RS (2013 – 2016)**. [S.l.] 2018. Disponível em: < <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1999/1/SILVA.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **IDEB -2019**: A qualidade da educação básica (Alagoas). 2020. Slides.